



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681330 - MG (2021/0226333-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : CAIRO MANOEL DE OLIVEIRA JUNIOR
ADVOGADO : CAIRO MANOEL DE OLIVEIRA JUNIOR - MG165519
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : C S DE S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de C S DE S, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.21.100693-7/000).

O paciente foi condenado, em primeira instância, à pena de 10 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito previsto no art. 217-A do Código Penal, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

O impetrante sustenta que a manutenção da prisão preventiva fere o princípio da presunção de inocência, previsto no art. 5º, inciso LVII, da CF/88.

Afirma que o paciente é primário, possui residência fixa, além de ser servidor público há mais de 28 anos, concluindo, assim, que a ordem pública não estaria em risco.

No mais, assevera que poderiam ser aplicadas medidas cautelares diversas da prisão, com fulcro no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente ou a aplicação de medidas cautelares diversas.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência